



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

**Relatório de Participação da Assembleia da República na
Reunião Interparlamentar da Comissão de Segurança e Defesa (SEDE)
do Parlamento Europeu sobre «*O Futuro da Defesa Europeia*»**

Bruxelas, 3 e 4 de dezembro de 2025

A Reunião Interparlamentar da Comissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu sobre «*O Futuro da Defesa Europeia*» decorreu nos dias 3 e 4 de dezembro de 2025, em Bruxelas.

Em resposta ao convite remetido pela Presidente da Comissão de Segurança e Defesa (SEDE) do Parlamento Europeu, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, a Assembleia da República fez-se representar na Reunião Interparlamentar com uma delegação composta por quatro Deputados, dois da Comissão de Defesa Nacional e dois da Comissão de Assuntos Europeus:

- **Hernâni Dias (PSD) – Comissão de Defesa Nacional**
- **Luís Dias (PS) – Comissão de Defesa Nacional**
- **Ricardo Carvalho (PSD) – Comissão de Assuntos Europeus**
- **Ricardo Reis (CH) – Comissão de Assuntos Europeus**

Acompanharam a delegação e os trabalhos os assessores parlamentares Bruno Dias Pinheiro (representante do Parlamento junto das instituições europeias) e Margarida Ascensão (assessora da Comissão de Defesa Nacional).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

❖ **Dia 3 de dezembro de 2025**

SESSÃO DE ABERTURA

Sob a presidência da Presidente da Comissão de Segurança e Defesa (SEDE) do Parlamento Europeu, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, na presença da Presidente do Parlamento Europeu (PE), Roberta Metsola, deu-se início aos trabalhos¹.

A **Presidente da SEDE, Marie-Agnes Strack-Zimmermann**, congratulou-se com a participação de todos e destacou a importância histórica da reunião sobre «*O Futuro da Defesa Europeia*», por ser a primeira vez na história da União Europeia (UE) que membros das comissões de defesa nacional de vários Estados-Membros se reuniam, sublinhando que, até ao momento, a defesa estava organizada essencialmente ao nível nacional e não no quadro europeu – 27 Estados-Membros, 27 exércitos, 27 ministros da defesa e diferentes orçamentos. Afirmou, todavia, que a agressão à Ucrânia evidenciara a vulnerabilidade da Europa e que nenhum país poderia defender-se sozinho, nem em termos convencionais, nem contra ataques híbridos e cibernéticos sem fronteiras. Defendeu que a Europa deveria reforçar a sua capacidade coletiva - em investigação, cooperação e resposta a ameaças -, não para substituir a NATO, mas como pilar europeu que a fortalecia. Apelou, ainda, a uma aliança alargada, que promovesse a cooperação para além da UE, envolvendo países como a Noruega, a Islândia, o Reino Unido, os países dos Balcãs e, sobretudo, a Ucrânia, bem como a que se levasse aos Parlamentos nacionais o compromisso de agir em conjunto e com urgência.

De seguida, interveio a **Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola**, que sublinhou a importância política do encontro entre instituições europeias e parlamentos nacionais, num momento crucial para a defesa europeia. Destacou o impacto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia como fator decisivo para a mudança de postura da Europa em matéria de segurança e defesa, confrontando-a com uma nova e perigosa realidade geopolítica. Reconheceu que, durante anos, houve subinvestimento e

¹ O programa da reunião pode ser consultado [aqui](#) e a gravação vídeo encontra-se disponível em: [SEDE - Security and Defence | ICMs | Relations with National Parliaments | European Parliament.](#)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

fragmentação na política de defesa europeia, com duplicações e ineficiências entre os Estados-Membros, mas salientou que houve um progresso recente no reforço da unidade europeia e no aumento da prontidão e capacidade de defesa, tanto para proteger os cidadãos europeus como para apoiar, firmemente e de forma continuada, a Ucrânia e assegurar a dissuasão face a ameaças externas. Referiu como avanço decisivo a aprovação recente do primeiro Programa Europeu da Indústria de Defesa, visando reforçar a base industrial e tecnológica da defesa europeia, aumentar a eficiência da produção e reduzir duplicações. Reforçou, ainda, a necessidade de avançar na mobilidade militar, na simplificação de procedimentos e no reforço da agilidade e capacidade de resposta das forças europeias.

Por outro lado, destacou o papel central da NATO como pilar da defesa coletiva e fez referência ao aumento significativo do investimento em defesa pelos Estados-Membros, contribuindo para um pilar europeu mais forte no seio da Aliança. Abordou também os desafios ligados à interoperabilidade, à preparação das forças armadas e à disponibilidade de recursos humanos, reconhecendo que diferentes países adotavam modelos distintos, nomeadamente no que respeitava ao serviço militar, mas defendendo a necessidade de maximizar e coordenar melhor as capacidades já existentes, sem criar um exército europeu único. Concluiu afirmando que a Europa era mais eficaz quando trabalhava em conjunto e que encontros como o atual reforçavam os laços entre os parlamentos nacionais e as instituições europeias, considerando que essa cooperação enviava uma mensagem clara de compromisso comum com a defesa da Europa. Por último, manifestou esperança de que os trabalhos continuassem de forma aberta e produtiva nas sessões seguintes.

A **Presidente da SEDE, Marie-Agnes Strack-Zimmermann**, agradeceu pessoalmente o forte empenho dos intervenientes e destacou a importância da cooperação institucional, sublinhando que a defesa passou a ocupar um lugar central na agenda europeia. Realçou o carácter histórico do momento, assinalando a constituição, pela primeira vez, de uma Comissão plenamente dedicada à matéria da defesa e a relevância desse passo para a história europeia. A terminar, saudou a presença de membros das forças armadas ucranianas na galeria de visitantes, agradecendo o seu sacrifício e reconhecendo que a sua luta era em defesa não apenas da Ucrânia, mas também da liberdade e da Europa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

Aplausos gerais.

Por fim, convidou os participantes a juntarem-se para uma [fotografia de família](#), antes do início do primeiro painel.

PAINEL I — PRESERVAR A PAZ ATRAVÉS DA FORÇA: O ROTEIRO PARA A PRONTIDÃO
2030 E O FUTURO DA INDÚSTRIA DE DEFESA EUROPEIA

Antes de dar a palavra ao Orador convidado, a **Presidente da SEDE** explicitou que o debate seguiria uma metodologia dinâmica e interativa, em formato de pergunta-resposta, com intervenções curtas seguidas de respostas diretas, com o objetivo de promover uma discussão fluida e focada. Sobre o tema em debate, recordou que a Comissão Europeia apresentara várias iniciativas estratégicas, desde o Livro Branco sobre a Defesa Europeia até ao Roteiro para a Prontidão 2030, todas apontando na mesma direção: a necessidade de agir rapidamente, reforçar a base industrial de defesa europeia e construir uma defesa forte e credível. Desafiou a que se analisasse no debate o que tais iniciativas significavam na prática, passando do enquadramento político à implementação concreta.

O **Comissário Europeu para a Defesa e o Espaço, Andrius Kubilius**, abriu o debate proferindo uma declaração inicial. Começou por enquadrar a intervenção a partir da sua experiência política alargada, tanto a nível nacional como europeu, e sublinhou o valor do debate parlamentar aberto, crítico e orientado por perguntas difíceis. Destacou que o objetivo da discussão não era produzir respostas imediatas, mas compreender onde a Europa se encontrava em matéria de defesa e quais as questões estratégicas que precisavam de ser aprofundadas. Referiu que o Livro Branco sobre a Defesa constituía apenas um ponto de partida para uma reflexão mais profunda e que a UE estava ainda no início de um processo complexo de construção de uma verdadeira capacidade de defesa. Identificou três dimensões fundamentais da prontidão em defesa europeia - material, institucional e política —, sublinhando que a eficácia da defesa da União dependia do avanço equilibrado e coerente em todas elas, sendo insuficiente avançar



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

apenas numa delas. No plano material e de capacidades (disponibilidade real de meios militares, incluindo equipamentos, infraestruturas, cadeias de abastecimento e capacidade industrial), reconheceu que, embora os investimentos em defesa estivessem a aumentar significativamente nos Estados-Membros, o principal desafio residia na fragmentação dos esforços nacionais, que continuava a gerar duplicações, lacunas de capacidades e problemas de interoperabilidade. Defendeu, por isso, uma maior coordenação europeia no planeamento e desenvolvimento de capacidades, bem como o reforço da base industrial de defesa europeia, de modo a garantir produção, manutenção e reposição rápidas em caso de crise prolongada. Em termos institucionais (organização, coordenação e governação da defesa), salientou que, apesar da existência de múltiplos instrumentos e estruturas na União, persistiam dificuldades de coordenação, lentidão nos processos decisórios e falta de procedimentos operacionais claros em situações de crise. Sublinhou a necessidade de melhorar a articulação entre níveis europeu e nacional e de assegurar a operacionalização efetiva, rápida e eficaz dos mecanismos de assistência mútua. Defendeu, igualmente, a necessidade de maior capacidade de antecipação, planeamento e gestão de crises, apoiada por exercícios e cenários realistas. A dimensão política e da vontade estratégica foi apresentada como decisiva, assente na ideia de que não bastava ter meios militares se não existisse determinação política de agir de forma unida e determinada. Sublinhou que a credibilidade da defesa europeia exigia liderança clara, uma cultura estratégica partilhada, comunicação credível de dissuasão e a capacidade de tomar decisões difíceis em tempo útil. A ausência de vontade política, concluiu, poderia comprometer tanto as capacidades materiais como os quadros institucionais existentes.

Alertou, também, para as avaliações dos serviços de informações, que apontam para a possibilidade de a UE enfrentar testes de segurança sérios nos próximos anos, colocando em causa a capacidade real de aplicação dos mecanismos de assistência mútua previstos nos Tratados. Por fim, sublinhou que o debate sobre defesa não podia limitar-se à dimensão militar, devendo incluir também diplomacia, integração de capacidades, cooperação com parceiros-chave (incluindo o Reino Unido) e a coragem política para enfrentar tabus e divergências nacionais. Terminou apelando a uma reflexão honesta e exigente sobre a seguinte pergunta central: por que razão a Europa



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

ainda não estava plenamente preparada em matéria de defesa e o que seria necessário para o estar.

No debate subsequente, usaram da palavra deputados do Parlamento Europeu e de diversos parlamentos nacionais, designadamente da Lituânia, de Portugal, da Finlândia, de Itália, da Suécia, da República Checa, da Roménia, da Polónia, da Irlanda, de Chipre, da Grécia, da Alemanha e de Malta. As intervenções incidiram, essencialmente, sobre os seguintes temas: a guerra na Ucrânia e o apoio europeu, referindo-se a ausência de um plano europeu claro para a paz e a perceção de uma dependência excessiva dos Estados Unidos da América; a defesa europeia e a autonomia estratégica, com referência à fragmentação das capacidades militares, à inexistência de um comando integrado, às dependências tecnológicas e industriais externas e à necessidade de avançar para uma «União Europeia da Defesa»; as ameaças híbridas, nomeadamente incidentes na fronteira Leste envolvendo o uso de drones, balões e atos de sabotagem, bem como a insuficiência de mecanismos de resposta rápida e coordenada ao nível da União Europeia; o financiamento da defesa, incluindo novos instrumentos, como o Programa Europeu para a Indústria de Defesa (EDIP) e o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE); a mobilidade militar, destacando-se os entraves burocráticos ao transporte de material militar e as disparidades existentes entre Estados-Membros; as relações com países terceiros, em particular com o Reino Unido, o Canadá e a Turquia; a preparação das sociedades europeias, designadamente o apoio da opinião pública às políticas de defesa e as dificuldades na comunicação da sua necessidade; as prioridades de investimento, nomeadamente o equilíbrio entre as despesas com a defesa e outras urgências de natureza social; a relação entre diplomacia e defesa, alertando-se para o risco de uma excessiva concentração na lógica militar e para a importância do reforço da diplomacia e da prevenção de conflitos; o comando militar europeu e a sua articulação com a NATO, sublinhando-se que o artigo 42.º-7 do Tratado da União Europeia apresentava um grau de operacionalidade inferior ao do artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte; a transformação da indústria europeia de defesa; as questões relativas a competências, demografia e recursos humanos, incluindo a escassez de pessoal qualificado, o envelhecimento demográfico e as



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

insuficiências na formação técnica e científica; as dependências estratégicas e a soberania tecnológica, com particular enfoque na dependência de sistemas e software externos, sobretudo de origem norte-americana, e nas vulnerabilidades em domínios como o espaço, os satélites e as comunicações seguras; a situação dos Estados da linha da frente («*frontline states*»), abrangendo as fronteiras orientais e mediterrânicas, os cabos submarinos e as infraestruturas críticas; e, por último, o debate entre centralização e soberania nacional, ponderando-se modelos de defesa mais federais ou baseados numa cooperação reforçada entre Estados.

Destacam-se as intervenções dos Deputados da Assembleia da República Hernâni Dias (PSD), Ricardo Carvalho (PSD) e Ricardo Reis (CH), nos seguintes termos:

O **Deputado Hernâni Dias (PSD)** sublinhou que a defesa e a segurança eram uma preocupação de todos os cidadãos e que, nas últimas décadas, a Europa tinha-se confrontado com um conjunto crescente de desafios que colocava à prova a estabilidade interna e a sua capacidade de defesa e segurança coletivas. Referiu, designadamente: o conflito entre a Rússia e a Ucrânia e as novas formas de ameaça (que combinavam operações militares convencionais com desinformação, ataques cibernéticos, sabotagem de infraestruturas críticas e manipulação económica ou energética); a instabilidade em países próximos e conflitos prolongados (sobretudo, no Médio Oriente e, também, no Norte de África), aliados a crises humanitárias e consequentes pressões migratórias, criando novos desafios às fronteiras externas da UE e exigindo coordenação e cooperação internacionais; a necessidade de modernizar e tornar mais interoperáveis as capacidades de defesa da Europa, hoje ainda muito dependentes de sistemas e equipamentos externos, o que tornava os europeus mais vulneráveis. Perante essas dificuldades e ameaças cada vez mais complexas e interligadas, exigia-se uma resposta unificada e mais eficaz, questionando, por isso, se as medidas entretanto adotadas e as que estavam pensadas (particularmente, o volume financeiro a aplicar) eram o garante da consolidação da defesa coletiva europeia e de uma resposta credível às ameaças que, atualmente, desafiavam a estabilidade do continente europeu.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

O **Deputado Ricardo Carvalho (PSD)** defendeu que a guerra na Ucrânia acabou com a ideia de que a defesa europeia era um exercício teórico, tornando-se hoje uma urgência política e estratégica. Destacou que a União tinha avançado - da Bússola Estratégica à PESCO, da proteção de infraestruturas críticas à ciber-resiliência -, mostrando que, finalmente, compreendia a natureza híbrida das ameaças. No plano industrial, referiu que o ReArm Europe e a Prontidão 2030 representavam a verdadeira viragem: produzir mais, produzir na Europa e produzir à velocidade exigida. Havia hoje – acrescentou - instrumentos para investimentos de defesa mais rápidos e coordenados, aproximando a UE de uma capacidade real de sustentação militar, faltando, todavia, o essencial: convergência industrial, interoperabilidade plena, decisões políticas rápidas e uma cultura estratégica comum. Defendeu que sem isso a Europa não seria o ator geopolítico que precisava de ser. Nesse contexto, sublinhou a posição do PSD e do XXIV Governo Constitucional: ambos defendiam uma Europa da defesa ambiciosa, capaz e eficaz, sempre em complementaridade com a NATO — nunca em duplicação, nunca em competição. Reforçou que a Europa tinha de garantir que conseguia proteger os seus cidadãos mesmo nos cenários mais difíceis, e tal exigia investimento, inovação e capacidade industrial ao ritmo da ameaça. Para finalizar, deixou duas perguntas centrais: em primeiro lugar, se estávamos preparados para produzir em território europeu, e à escala necessária, capacidades críticas, como munições e defesa aérea; em segundo lugar, como garantir que mobilidade militar, prontidão operacional e coordenação política avançavam tão depressa quanto as ameaças.

O **Deputado Ricardo Reis (CH)** começou por destacar que a Europa tinha dado um passo significativo com o *Readness 2030* e com instrumentos como o SAFE, que aceleraram o rearmamento, a capacidade industrial e o desenvolvimento tecnológico da Europa. No entanto - e estando o instrumento SAFE ainda no início -, numa visão estratégica de futuro, dado que o contexto geopolítico continuava a deteriorar-se, questionou quais eram as estratégias, os planos previstos para poder olhar o futuro com mais esperança, do ponto de vista da defesa e do reforço das reais necessidades dos Estados-Membros, quer em matéria financeira, quer em termos de inteligência do que era investido. Questionou, igualmente, se esses planos iriam manter uma ótica de cooperação entre os Estados, sem entrar numa ótica mais federal, com um controlo mais centralizado nas entidades supranacionais, alegando que, como representante de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

um partido patriota e soberanista, tinha de colocar essa questão, em nome da defesa da soberania das nações europeias. Por último, perguntou como se pretendia assegurar que os Estados-Membros mais pequenos iriam beneficiar desse esforço industrial, de uma forma proporcional, ou, por outras palavras, se essa capacidade produtiva não iria apenas favorecer os Estados-Membros maiores, em vez de ser capaz de favorecer todos os Estados-Membros.

Nas respostas individualizadas ao conjunto das questões colocadas, o **Comissário Europeu para a Defesa e o Espaço** explicitou o seguinte: que a defesa não substitua a diplomacia, mas a diplomacia só era eficaz quando sustentada por força credível e que uma Europa fraca militarmente tinha menor capacidade de prevenção de conflitos e de negociação²; que o desafio principal não era financeiro, mas estratégico - existia disponibilidade crescente de recursos a nível nacional, porém faltava coordenação europeia, definição clara de prioridades comuns, alinhamento entre necessidades militares e capacidades industriais, e sem essas condições o aumento da despesa resultaria em fragmentação, ineficiência e duplicações (os instrumentos europeus existentes eram um primeiro passo, mas ainda insuficientes em escala e ambição para inverter essa tendência); que a indústria de defesa precisava de escala, rapidez, contratos de longo prazo e adaptação tecnológica; que a UE deveria priorizar capacidades estratégicas, nomeadamente, munições e sistemas de defesa aérea, drones e sistemas não tripulados, espaço, satélites e comunicações seguras, ciberdefesa e mobilidade militar; que a UE deveria reduzir dependências externas (espaço, satélites, comunicações, *software*); que a relação com a NATO deveria basear-se em complementaridade real, permanecendo a NATO como o pilar da defesa coletiva, mas a UE deveria assumir maior responsabilidade pela segurança europeia, reforçando o pilar europeu da NATO e evitando dependência excessiva de aliados externos; e que

² Especificamente sobre a Ucrânia, defendeu que a UE não podia negociar a paz sem a Ucrânia e sem uma posição de força, que o apoio militar e financeiro era essencial para impedir a continuação da agressão russa. Reconheceu que a UE ainda não fazia o suficiente, sublinhando que a defesa da Ucrânia era também a defesa da segurança europeia, e apelou a uma maior responsabilidade europeia, sobretudo perante a incerteza do apoio americano



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

persistiam limitações institucionais no planeamento, comando e tomada de decisão rápida em situações de crise, tornando necessária uma reflexão aprofundada sobre os mecanismos europeus de comando e a operacionalização da cláusula de defesa mútua (artigo 42.º-7 do Tratado da União). Acrescentou que, nas relações com países terceiros, o Reino Unido apresentava-se como um parceiro estratégico essencial (apesar de haver dificuldades políticas), confirmou avanços com o Canadá no programa SAFE, e sobre a Turquia reconheceu importância estratégica, relações complexas e dificuldades adicionais na integração em programas sensíveis. Por outro lado, reconheceu que os países da linha da frente exigiam atenção e apoio diferenciados, bem como projetos específicos. Reforçou que a legitimidade democrática e uma solidariedade efetiva para com os Estados-Membros mais expostos a riscos e ameaças específicas eram essenciais para o reforço e sucesso da defesa europeia: introduziu o conceito de «prontidão política e social», afirmando que as sociedades europeias precisavam de compreender as ameaças, aceitar custos e apoiar decisões difíceis, por isso o envolvimento dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu era decisivo. Por fim, defendeu que a Europa tinha recursos e capacidades, mas que sem decisões políticas conjuntas continuaria a investir mais, gastando pior e permanecendo estrategicamente vulnerável; ou seja, preconizou que a principal escolha não era técnica, mas política: ou a UE avançava para uma cooperação estrutural em defesa, ou continuaria a gastar mais, de forma fragmentada, permanecendo estrategicamente vulnerável.

PAINEL II - PREPARAR A NOVA ERA DA GUERRA: TRANSFORMAÇÃO E O FUTURO DA DEFESA

A sessão foi presidida pela **Presidente da SEDE, Marie-Agnes Strack-Zimmermann**, que, a título introdutório, proferiu umas breves palavras, sublinhando que a guerra moderna estava a sofrer uma transformação profunda, impulsionada pelo avanço tecnológico. Referiu que os conflitos atuais e futuros eram cada vez mais definidos pelo uso de inteligência artificial, sistemas autónomos, drones com capacidade de atuação em larga escala, guerra eletrónica e capacidades espaciais, enfatizando a importância



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

de forças capazes de experimentar rapidamente, adaptar-se com agilidade e escalar soluções de forma eficiente. Concluiu dando as boas-vindas ao representante da NATO responsável pela transformação estratégica, salientando a relevância do seu contributo para o debate.

Na abertura formal do painel, usou da palavra o **Comandante Supremo Aliado para a Transformação (NATO), Almirante Pierre Vandier**, que agradeceu o convite e referiu ser a sua primeira participação numa assembleia. Apresentou, de forma sucinta, o enquadramento do trabalho desenvolvido no âmbito da NATO, centrado na antecipação do futuro do conflito e na tradução dessa visão em capacidades reais, através de processos de planeamento da defesa, inovação e cooperação com parceiros público-privados. Destacou que a Aliança se encontrava num momento decisivo, com o compromisso de os 32 Estados membros aumentarem o investimento em defesa até 5% do PIB, esforço que se justificava pelo atual contexto geoestratégico, marcado pela crescente complexidade do ambiente de segurança internacional, pela ascensão da China e pela persistência da ameaça russa. Referiu, nesse âmbito, o dilema estratégico dos Estados Unidos, confrontados com a possibilidade de ter de responder simultaneamente a conflitos na Europa e no Indo-Pacífico, o que reforçava a necessidade de uma maior assunção de responsabilidades por parte dos Aliados europeus. Para ilustrar esta necessidade, recorreu a uma metáfora, comparando a NATO a um edifício com 32 andares, em que um dos ocupantes do último andar dispunha de um sistema avançado de controlo de incêndios que protegia todo o edifício, enquanto os restantes beneficiavam dessa proteção sem possuírem meios equivalentes. Sublinhou que essa situação já não era sustentável, defendendo que todos os «ocupantes do edifício» deveriam contribuir para a segurança comum, nomeadamente através da aquisição conjunta de meios essenciais, como «carros de bombeiros», reforçando assim as capacidades coletivas e a resiliência da Aliança. Explicou que o objetivo do investimento de 5% do PIB se repartia em 3,5% destinados ao desenvolvimento de capacidades militares e 1,5% orientados para a resiliência. Nesse contexto, detalhou a forma como a NATO operacionalizava esses compromissos, através de uma estratégia militar da Aliança, concretizada por planos de defesa que identificavam as necessidades de capacidades em diferentes domínios — terrestre, marítimo, aéreo, cibernético, espacial e cognitivo —, com base em cenários



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

operacionais realistas e na evolução das ameaças. Referiu que esse processo era conduzido no âmbito do NATO *Defence Planning Process* (NDPP), que traduzia a ambição estratégica em requisitos concretos e numa lista de prioridades de capacidades partilhada pelos 32 Estados membros. Cada Aliado era chamado a contribuir de acordo com as suas possibilidades nacionais, promovendo uma distribuição mais equilibrada de encargos, evitando duplicações e assegurando maior coerência coletiva. Salientou, ainda, que o desenvolvimento de capacidades não se limitava à aquisição de equipamentos, abrangendo igualmente aspetos como formação, treino, prontidão, interoperabilidade, sustentabilidade logística e resiliência das sociedades. Enfatizou a importância da inovação, da experimentação operacional e de ciclos de desenvolvimento mais rápidos, bem como de uma ligação mais estreita entre o planeamento da defesa, a indústria e os utilizadores finais. Concluiu sublinhando que o reforço das capacidades coletivas da NATO dependia não apenas do aumento do investimento financeiro, mas sobretudo da coordenação, coerência e compromisso político continuado dos Estados membros, de forma a garantir que a Aliança permanecia credível, eficaz e preparada para responder aos desafios de segurança atuais e futuros.

Durante o debate que se seguiu, usaram da palavra deputados do Parlamento Europeu e de diversos parlamentos nacionais, designadamente, de Itália, da Polónia, de Espanha, da Lituânia, da República Checa, da Irlanda, da Finlândia e de Portugal, cujas intervenções centraram-se, em particular, nos seguintes domínios: as garantias de segurança e o papel dos Estados Unidos e da NATO, incluindo a capacidade de a Europa responder a um eventual ataque sem envolvimento direto dos EUA, bem como a organização da cadeia de comando e a disponibilidade de capacidades estratégicas; a cibersegurança e a resiliência digital, com destaque para os desafios da coordenação entre os 27 Estados-Membros, a partilha de informação e a necessidade de assegurar capacidades de resposta rápida; a defesa antiaérea, o recurso a drones e os respetivos custos, salientando-se as questões de sustentabilidade económica associadas à utilização de sistemas dispendiosos contra ameaças de baixo custo e a necessidade de desenvolver novas soluções tecnológicas; a dissuasão nuclear e o conceito de «*terceira era nuclear*», abordando-se a evolução do contexto nuclear global, os riscos de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

escalada e a interligação entre capacidades convencionais, cibernéticas e nucleares; os processos de aquisição, a indústria de defesa e a inovação, sublinhando-se a necessidade de adaptação a cenários de guerra de alta intensidade; a guerra híbrida e a vulnerabilidade das democracias à desinformação; a preparação militar, o treino e as lições retiradas da guerra na Ucrânia; e, por último, a autonomia estratégica e a capacidade de adaptação da Europa, designadamente no que respeita à aptidão europeia para enfrentar ameaças sem apoio direto dos Estados Unidos.

Destaca-se a intervenção do Deputado da Assembleia da República Luís Dias (PS), nos seguintes termos:

O **Deputado Luís Dias (PS)** Iniciou a sua intervenção agradecendo a partilha de uma visão atualizada sobre os grandes desafios da defesa europeia numa fase de escalada crescente dos conflitos mundiais, nomeadamente dos que atingem a Europa e que constituíam grandes desafios também para a NATO, tal como a conheciam atualmente. Em seguida, colocou quatro questões muito concretas: em primeiro lugar, como a implementação de um «espaço Schengen militar» poderia aumentar de forma clara a prontidão e a mobilidade das forças armadas dos Estados-Membros da UE, considerando os desafios geopolíticos atuais e a necessidade de uma resposta ágil e coordenada em situações de crise; em segundo lugar, quais as implicações dessa medida para a afirmação da vertente europeia da NATO e para o aumento da segurança coletiva da UE, especialmente no contexto da guerra da Ucrânia e da crescente instabilidade global; em terceiro lugar, de que modo a colaboração entre os Estados-Membros na implementação desse pacote poderia reforçar a solidariedade e a confiança mútua num cenário geopolítico em contante evolução; e, por último, em termos mais específicos, quais os riscos associados a esse mecanismo facilitador da circulação de meios militares (designadamente, para a segurança dos europeus) e que mecanismos de controlo estavam pensados para reduzir esses riscos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

Nas respostas individualizadas ao conjunto das questões colocadas, o **Comandante Supremo Aliado para a Transformação (NATO)** começou por sublinhar que a NATO continuava a ser o pilar central da defesa coletiva europeia, não existindo dúvidas quanto ao seu papel em caso de agressão, e que apesar do reequilíbrio estratégico dos Estados Unidos para o Indo-Pacífico, forças essenciais norte-americanas, capacidades de planeamento e estruturas de comando permaneciam na Europa. Explicitou que o verdadeiro desafio não era a presença aliada, mas sim a insuficiência de capacidades europeias de retaliação profunda e de resposta rápida, fundamentais para uma dissuasão credível. No domínio da ciberdefesa, esclareceu que a responsabilidade primária era nacional, cabendo à NATO a coordenação, a partilha de informação, a análise de ameaças e a integração operacional. Destacou que a Aliança tinha vindo a reforçar exercícios realistas, incorporando lições da guerra na Ucrânia, incluindo a participação de militares ucranianos. Assinalou como principal problema a falta de rapidez: os atuais processos políticos, legais e industriais eram demasiado lentos face ao ritmo da guerra tecnológica contemporânea. Relativamente à defesa antiaérea e ao emprego massivo de drones, alertou para a insustentabilidade económica do modelo atual, em que sistemas muito dispendiosos eram usados contra ameaças de baixo custo. Defendeu a necessidade urgente de soluções acessíveis, em grande escala e inovadoras, desenvolvidas em estreita cooperação com a indústria civil e tecnológica – recordou que, nesse domínio, a NATO criava o quadro de experimentação e validação, mas a decisão de aquisição cabia aos Estados membros.

Sobre a dissuasão nuclear, afirmou que o mundo entrou numa «*terceira era nuclear*», marcada pela proliferação e modernização de arsenais, em que as armas nucleares continuavam a impor limites à escalada estratégica, mas criavam um espaço perigoso abaixo do limiar nuclear, onde adversários recorriam a meios convencionais, cibernéticos e híbridos, adiantando que a Europa carecia ainda de capacidades suficientes para operar eficazmente nesse espaço intermédio. Alertou que qualquer uso de armas nucleares constituiria sempre uma decisão estratégica do mais alto nível, com consequências globais. No que respeitava aos processos de aquisição e inovação, foi claro ao afirmar que os sistemas atuais tinham sido concebidos para tempos de paz e não para conflitos de alta intensidade. Defendeu a distinção entre grandes plataformas estratégicas, que exigiam planeamento de longo prazo e tecnologias de rápida obsolescência, como *software*, inteligência artificial e drones, que requeriam processos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

ágeis, flexíveis e juridicamente adaptados. Destacou o papel crescente do espaço, da *cloud* comercial e dos dados civis como elementos centrais do poder militar moderno. Abordando a guerra híbrida e a desinformação, salientou que o objetivo principal do adversário era quebrar a vontade de lutar, explorando divisões internas nas sociedades democráticas, pelo que a unidade política e social era, por si só, um instrumento decisivo de dissuasão. Acrescentou que os investimentos em defesa deveriam ser entendidos como um sinal claro de determinação estratégica, cabendo aos parlamentos e líderes políticos explicar de forma transparente essa necessidade às populações. No domínio do treino e da preparação militar, defendeu exercícios permanentes, realistas e orientados para o imprevisto, reconhecendo que nenhum plano sobreviveria ao primeiro contacto com o inimigo: a guerra moderna era multidimensional e exigia uma integração estreita entre forças armadas e sociedade civil, incluindo setores como energia, saúde, comunicações e transportes, sendo a resiliência nacional tão importante quanto as capacidades puramente militares. Por fim, sublinhou que a questão central da dissuasão não era o número de baixas que a Europa poderia sofrer, mas, sim, que tipo de guerra estaria preparada para impor a um agressor, defendendo que a dissuasão eficaz se baseava na capacidade de demonstrar que qualquer ataque resultaria numa guerra que o adversário sabia que não poderia vencer. Para tal, concluiu que a Europa deveria abandonar uma mentalidade excessivamente defensiva, investir em capacidades credíveis de retaliação, acelerar a adaptação tecnológica e reforçar a unidade política e social, tornando indispensável uma comunicação clara e consistente sobre a necessidade de investimento em defesa.

Concluída a sessão, os participantes foram convidados para um jantar volante de networking, realizado nas instalações do Parlamento Europeu.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

❖ **Dia 4 de dezembro de 2025**

PAINEL III — UM PILAR EUROPEU MAIS FORTE PARA A NATO

A **Presidente da SEDE, Marie-Agnes Strack-Zimmermann**, procedeu à abertura dos trabalhos e enquadrou o painel, dedicado ao papel da Europa no seio da NATO, afirmando que o reforço do pilar europeu da NATO deveria traduzir-se em capacidades concretas e não apenas num conceito político. Destacou a importância de a Europa investir mais em defesa, melhorar a coordenação entre os Estados-Membros, reforçar a mobilidade e a resiliência, bem como reduzir a dependência dos Estados Unidos, em linha com apelos reiterados nesse sentido. Declarou que essas medidas eram essenciais para garantir a segurança da Europa, defendendo que os países europeus deveriam estar preparados para assumir maiores responsabilidades no seio da Aliança Atlântica, reforçando simultaneamente a sua credibilidade coletiva.

A intervenção inicial do painel esteve a cargo do **Secretário-Geral Adjunto da NATO para os Assuntos Políticos e Política de Segurança, Boris Ruge**, que contextualizou a sua apresentação no atual ambiente de segurança euro-atlântica, profundamente marcado pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. Recordou que, após o fim da Guerra Fria, a NATO envidou esforços significativos para desenvolver uma relação de parceria com a Federação Russa, nomeadamente através do Ato Fundador NATO-Rússia de 1997 e da criação do Conselho NATO-Rússia em 2002. Contudo, salientou que esses esforços não produziram os resultados esperados, face à persistência de uma visão imperial por parte da liderança russa. Referiu que, apesar de sinais de alerta anteriores, incluindo a intervenção russa na Ucrânia em 2014 e a anexação ilegal da Crimeia, só a invasão em larga escala iniciada em 2022 levou a uma plena tomada de consciência, por parte dos Aliados, da natureza da ameaça representada pela Rússia. Nesse contexto, sublinhou que o Conceito Estratégico da NATO de 2022 identificava a Rússia como a ameaça mais significativa e direta à segurança da Aliança, declarando ultrapassados os mecanismos de cooperação anteriormente existentes. Destacou as decisões tomadas na Cimeira da Haia,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

nomeadamente a definição de metas ambiciosas de investimento em segurança e defesa, com vista a alcançar, até 2035, um esforço combinado que poderia ascender a cerca de 5% do PIB. Reconheceu que se tratava de um desafio político significativo para os parlamentos nacionais, mas considerou-o indispensável para responder às atuais ameaças. Identificou três prioridades centrais da agenda da NATO: o reforço das capacidades de defesa; o desenvolvimento da base industrial europeia de defesa; e a continuação do apoio político, militar e financeiro à Ucrânia, reiterando que a segurança ucraniana e a segurança europeia eram indissociáveis.

A finalizar, sublinhou que o atual contexto estratégico impunha uma recalibração profunda da NATO, em particular quanto à repartição de responsabilidades entre os Aliados. Referiu que, embora os Estados Unidos continuassem firmemente comprometidos com a segurança euro-atlântica, enfrentavam simultaneamente desafios estratégicos crescentes noutras regiões, nomeadamente no Indo-Pacífico, o que tornava essencial que a Europa assumisse um papel mais robusto na sua própria segurança e defesa, sem pôr em causa a unidade da Aliança. Nesse enquadramento, destacou a renovada atualidade do conceito de pilar europeu da NATO, esclarecendo que tal não implicava a criação de estruturas paralelas ou concorrentes, nem constituía um projeto exclusivo da União Europeia. Defendeu, igualmente, que um pilar europeu credível deveria ser inclusivo, integrando todos os Aliados europeus da NATO, incluindo os não pertencentes à UE, como o Reino Unido, a Noruega e a Turquia, de modo a garantir a massa crítica necessária em termos de capacidades e dissuasão. Sublinhou, ainda, a importância de uma cooperação estreita e pragmática entre a NATO e a UE, reconhecendo que, apesar das diferenças institucionais e de composição, essa cooperação era essencial, nomeadamente no desenvolvimento da base industrial e tecnológica de defesa, na mobilização de recursos financeiros e na coerência das políticas de segurança e defesa. Referiu, a esse propósito, o trabalho regular e próximo entre as duas organizações como um fator determinante para a eficácia do esforço coletivo. Concluiu reafirmando que o reforço das capacidades europeias, o apoio sustentado à Ucrânia e a cooperação aprofundada entre a NATO e a UE constituíam elementos centrais de uma abordagem integrada à segurança europeia, indispensáveis para garantir a estabilidade do espaço euro-atlântico e a credibilidade da Aliança a longo prazo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

Ao longo do debate, usaram da palavra deputados do Parlamento Europeu e de diversos parlamentos nacionais, designadamente, da República Checa, de Portugal, da Grécia, da Lituânia, de Espanha, de Malta e da Finlândia, cujas intervenções incidiram, em particular, sobre os seguintes temas: a relação entre NATO-UE e o reforço do pilar europeu, destacando-se a necessidade de assegurar a complementaridade entre as duas organizações, evitando duplicações, garantindo capacidade de resposta célere, promovendo a cooperação institucional e assegurando a inclusão de países europeus não pertencentes à UE, como o Reino Unido, a Noruega e a Turquia; o investimento em defesa e o desenvolvimento de capacidades militares, salientando-se as assimetrias no esforço dos Aliados e a importância do cumprimento dos objetivos acordados, bem como o reforço da base industrial e tecnológica de defesa europeia e da capacidade de produção; a ameaça representada pela Federação Russa e a guerra na Ucrânia, com referência às perceções diferenciadas da ameaça entre os Estados-Membros, à legitimidade e continuidade do apoio à Ucrânia, às implicações estratégicas de uma eventual vitória russa, bem como às ameaças híbridas e às políticas de dissuasão; o compromisso dos Estados Unidos com a NATO, designadamente no que respeitava à previsibilidade e fiabilidade do envolvimento norte-americano, em particular em cenários de menor compromisso político, e às respetivas implicações para a defesa europeia; a instabilidade no flanco Sul, incluindo o terrorismo, os fluxos migratórios e a instabilidade política, sublinhando-se a importância do diálogo e da cooperação com os parceiros do Norte de África e do Médio Oriente, assim como a crescente relevância estratégica das regiões do Ártico e do Atlântico; e, por último, os processos de decisão, de construção de consenso e de adaptação tecnológica, realçando-se os desafios à tomada de decisões céleres numa Aliança composta por 32 Estados, a necessidade de adaptação às novas tecnologias e os mecanismos da NATO destinados a promover a inovação.

Destacam-se as intervenções dos Deputados da Assembleia da República Luís Dias (PS) e Ricardo Carvalho (PSD), nos seguintes termos:

O **Deputado Luís Dias (PS)** referiu que, face ao atual ambiente de segurança, marcado pela longa guerra na Ucrânia, pela crescente imprevisibilidade e instabilidade do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

envolvimento da Administração norte-americana nesse conflito, bem como pela necessidade de responder a ameaças convencionais, mas também, cada vez mais, a ameaças híbridas, o grande desafio que tinham pela frente para o pilar europeu da NATO era o de conseguir afirmar a autonomia estratégica europeia. Desse modo, questionou qual era a garantia que se poderia dar aos europeus de que os grandes investimentos no reforço das capacidades militares industriais europeias iriam contribuir para aumentar a autonomia estratégica europeia no contexto da segurança euro-atlântica; questionou, por outro lado, como a coordenação operacional entre a UE e a NATO permitia que o reforço do pilar europeu fosse eficaz, sem criar duplicações ou rivalidades e atritos com a Aliança Atlântica. Por último, tendo em conta o tempo previsto para a execução desses planos europeus na área da defesa, garantindo uma Europa mais forte militarmente e mais autónoma, perguntou como poderia ser assegurado, também, um apoio mais rápido, mais previsível e mais sustentável à Ucrânia, mantendo o equilíbrio das responsabilidades da defesa coletiva.

O **Deputado Ricardo Carvalho (PSD)** sublinhou que a NATO continuava a ser o garante fundamental da segurança coletiva, enfrentando hoje um duplo desafio: deter ameaças externas cada vez mais agressivas e, ao mesmo tempo, articular-se de forma coerente com a Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia. Defendeu que o ponto essencial era claro - não haver competição entre a NATO e a EU; haver, sim, complementaridade. Salientou que a defesa europeia só seria credível se reforçasse o pilar europeu dentro da Aliança, garantindo mais capacidades, mais investimento e maior interoperabilidade. Destacou que Portugal, alinhado com o que o seu partido defendia (o PSD, que integrava, a nível europeu, a família do PPE), sustentou a vontade de estar na linha da frente: cumprir compromissos, investir em capacidades reais — da vigilância marítima ao ciberespaço — e participar ativamente nas missões conjuntas. Todavia, considerou que a grande questão que se colocava era a de saber se conseguiriam, finalmente, ultrapassar bloqueios políticos e burocráticos para que a cooperação entre NATO e UE produzisse resultados concretos e rápidos no terreno. E acrescentou outra pergunta inevitável: como garantir que os investimentos europeus em defesa evitariam duplicações e reforçariam verdadeiramente as capacidades partilhadas. Concluiu dizendo que, num contexto de ameaças rápidas, híbridas e globais, não bastava discutir estruturas, era necessário integrar: a Europa



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

tinha de assumir mais responsabilidades na sua defesa, mas sempre integrada na NATO, que continuava a ser o núcleo duro da proteção coletiva. Um pilar europeu mais forte significava, no final do dia, uma NATO mais forte — e uma Europa mais segura.

Nas respostas individualizadas ao conjunto das questões colocadas, o **Secretário-Geral Adjunto da NATO para os Assuntos Políticos e Política de Segurança** salientou que o atual contexto de segurança euro-atlântica marcava uma rutura clara face ao período pós-2014. Embora os compromissos assumidos na Cimeira de Gales quanto ao aumento do investimento em defesa tivessem sido, durante anos, cumpridos de forma insuficiente, a invasão russa em larga escala da Ucrânia, em 2022, provocou uma mudança estrutural. Desde então – acrescentou –, muitos Aliados europeus aumentaram de forma rápida e significativa a despesa em defesa, enviando um sinal claro para a base industrial europeia, cuja consolidação era essencial para gerar capacidades reais, sustentar a dissuasão e continuar a apoiar a Ucrânia. Reconhecendo que a proximidade geográfica influencia a perceção da ameaça, reiterou que a ameaça russa era comum a todos os Aliados, uma vez que o reduzido tempo de voo de mísseis russos para a Europa Ocidental, a presença militar russa no Ártico e no Atlântico Norte e as capacidades nucleares estratégicas de Moscovo demonstravam que a segurança euro-atlântica deveria ser encarada numa perspetiva de 360 graus, abrangendo o flanco Oriental, o flanco Sul e o espaço euro-atlântico alargado. Quanto à Ucrânia, afirmou que uma vitória russa constituiria um desastre estratégico para a Europa e que o aumento do investimento em defesa não resultava de uma opção política voluntária, mas da agressão russa. Reforçou que o futuro da Ucrânia era indissociável da arquitetura de segurança europeia, sendo que o fracasso russo em atingir os seus objetivos estratégicos, apesar de perdas humanas e materiais muito elevadas, confirmava a importância de manter um apoio firme e continuado a Kiev. Relativamente aos Estados Unidos, rejeitou a ideia de um afastamento da NATO, sublinhando que o compromisso norte-americano se mantinha sólido, apoiado pela Administração, pelo Congresso e pela opinião pública. Observou que o aumento do esforço europeu em matéria de defesa contribuiu para uma evolução positiva da atitude dos EUA, embora reconhecendo que, no presente, as capacidades norte-americanas continuavam a ser essenciais para a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

execução dos planos de defesa da Aliança. Relativamente à cooperação NATO-UE, esclareceu que os Acordos de «Berlin Plus» se aplicavam essencialmente à gestão de crises e não à defesa coletiva, que permanecia uma responsabilidade central da NATO, ao abrigo do artigo 5.º. Defendeu que o pilar europeu da defesa deveria funcionar dentro da NATO, e não como alternativa à Aliança, integrando igualmente países europeus não pertencentes à UE, como o Reino Unido, a Noruega e a Turquia, cuja contribuição militar era indispensável. Por fim, destacou que a resposta aos desafios atuais exigia unidade política, coerência estratégica e compromisso sustentado, salientando a necessidade de complementaridade com a UE. Concluiu afirmando que a NATO continuava a ser o núcleo duro da defesa coletiva euro-atlântica, enquanto o reforço do pilar europeu deveria servir para fortalecer — e não fragmentar — essa arquitetura de segurança, dependendo a credibilidade da dissuasão Aliada da capacidade de os 32 Estados cumprirem os compromissos assumidos, investirem nas capacidades necessárias e manterem uma postura firme face à agressão russa. Nesse contexto, explicitou que a defesa da Ucrânia não era apenas uma questão de solidariedade ou de valores, mas um imperativo estratégico fundamental para a segurança futura da Europa e do espaço euro-atlântico.

PAINEL IV — A DEFESA EUROPEIA NUM MOMENTO DE VIRAGEM

A Presidente da SEDE, Marie-Agnes Strack-Zimmermann, após uma curta pausa, retomou os trabalhos reiterando que a Europa se encontrava num ponto crítico no domínio da segurança e defesa, marcado por novas ameaças e pela necessidade de respostas rápidas e coordenadas. Destacou, uma vez mais, a importância da resiliência e da utilização de tecnologia, sistemas de drones e capacidades eficazes de comando e controlo. Enfatizou que a unidade europeia, a rapidez de atuação e a interoperabilidade entre Estados-Membros são fatores-chave para enfrentar os desafios atuais, salientando o papel do Serviço Europeu de Ação Externa e a necessidade de reforçar a cooperação entre instituições e parceiros.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

A abertura formal do último painel foi conduzida pela **Diretora-Geral para a Política Comum de Segurança e Defesa e Resposta a Crises no Serviço Europeu para a Ação Externa, Benedikta von Seherr-Thoß**, que aprofundou o contexto estratégico, defendendo que a segurança e a defesa passaram a estar no centro da agenda política europeia, nomeadamente ao nível do Conselho Europeu e das reuniões de ministros da Defesa. Realçou a necessidade de investimento sustentado, apoio político e envolvimento dos cidadãos para garantir os recursos financeiros necessários. Sublinhou a interligação cada vez mais evidente entre a segurança europeia e a segurança global, referido que acontecimentos fora da Europa tinham impactos diretos no continente, e vice-versa. A guerra na Ucrânia foi apresentada como o exemplo mais claro dessa realidade, não apenas pelo seu impacto militar e humanitário, mas também pelas suas consequências económicas, energéticas e geopolíticas à escala global. Reiterou que o apoio da UE à Ucrânia permanecia uma prioridade estratégica, incluindo assistência financeira, fornecimento de equipamento militar, missões de treino e formação das forças armadas ucranianas. Na intervenção, referiu a importância das sanções económicas como instrumento central da resposta europeia, destacando os seus efeitos cumulativos na economia russa, nomeadamente a redução das receitas energéticas, o aumento das dificuldades de financiamento internacional e a crescente dependência de parceiros externos, como a China. Abordou ainda, como segundo grande desafio estratégico, o reforço das capacidades de defesa europeias, reconhecendo que, apesar do aumento do investimento, era essencial garantir uma utilização mais eficiente e coordenada dos recursos, através de compras conjuntas, maior cooperação industrial e desenvolvimento de capacidades comuns. Nesse domínio, mencionou os esforços em curso para implementar novas orientações estratégicas e instrumentos europeus que permitissem colmatar lacunas críticas e reduzir dependências externas. Por fim, deu particular ênfase ao papel das parcerias internacionais e das missões civis e militares da UE em várias regiões, dizendo que muitos países viam a UE como um parceiro de segurança credível, o que se traduzia no aumento de pedidos de cooperação. Referiu as missões em curso em diferentes regiões, envolvendo milhares de peritos civis e militares, bem como o contributo da UE para a estabilização em contextos frágeis, incluindo no Médio Oriente. Sublinhou a importância do reforço das missões civis, nomeadamente no apoio ao Estado de direito, à formação policial e ao restabelecimento do monopólio legítimo do uso da força, em articulação com as Nações Unidas e outros



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

parceiros internacionais. Concluiu salientando que a comunicação clara desses esforços era essencial para assegurar o apoio político e público necessário à continuidade da ação externa da União Europeia.

Ao longo do debate, usaram da palavra deputados do Parlamento Europeu e de diversos parlamentos nacionais, designadamente: da Roménia, da Finlândia, da Irlanda, dos Países Baixos, da Polónia e da República Checa. As perguntas formuladas incidiram de forma transversal sobre os desafios estratégicos atuais da UE em matéria de segurança, defesa e política externa, num contexto marcado pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e pelo agravamento do ambiente geopolítico internacional. Um primeiro conjunto de intervenções centrou-se no apoio à Ucrânia, abordando a eficácia e o ritmo das sanções à Rússia, o impacto económico dessas medidas na UE, a suficiência e previsibilidade do apoio militar e financeiro prestado, bem como a elevada dependência do contributo dos Estados Unidos. Foram igualmente levantadas questões relativas à possibilidade de utilização dos ativos russos congelados para financiar a assistência à Ucrânia, tendo sido assinaladas as dificuldades jurídicas e políticas associadas a essa opção. Vários oradores abordaram a necessidade de reforçar a defesa europeia e a autonomia estratégica da União, questionando a capacidade da UE para agir de forma mais rápida, coordenada e eficaz. Nesse âmbito, discutiu-se o equilíbrio entre o reforço das capacidades de defesa e o receio de uma excessiva militarização do projeto europeu, bem como o respeito pelas especificidades constitucionais e pela neutralidade militar de alguns Estados-Membros. Outro tema relevante das perguntas incidiu sobre a segurança regional, com destaque para a região do Mar Negro e para o espaço atlântico, incluindo propostas de criação de estruturas europeias de segurança marítima e reflexões sobre o papel da UE na articulação com a NATO nessas áreas estratégicas. As intervenções abordaram ainda de forma consistente as ameaças híbridas, nomeadamente ciberataques, desinformação, sabotagem, ingerência externa e instrumentalização da migração, questionando os instrumentos disponíveis ao nível da União para reforçar a resiliência dos Estados-Membros e proteger infraestruturas críticas, incluindo sistemas digitais, energéticos e de saúde. Foi igualmente debatido o papel de atores externos, em particular a China e a Rússia, incluindo a dependência



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

estratégica europeia em domínios como energia, tecnologia e cadeias de abastecimento, bem como a atuação de entidades como o grupo Wagner em África e as suas consequências em termos de instabilidade e fluxos migratórios. Por fim, alguns deputados levantaram questões sobre a governação da segurança europeia, incluindo a cooperação em matéria de informações e a eventual necessidade de reforçar os mecanismos europeus de partilha e análise de informação, bem como a importância de integrar de forma mais coerente os instrumentos militares, diplomáticos, económicos, comerciais, de desenvolvimento e de reconstrução na ação externa da União.

Nas respostas individualizadas ao conjunto das questões colocadas, a **Diretora-Geral para a Política Comum de Segurança e Defesa e Resposta a Crises no Serviço Europeu para a Ação Externa** sublinhou que a UE se encontrava num momento decisivo em matéria de segurança e defesa, marcado pela guerra na Ucrânia e pela intensificação de ameaças híbridas. Reafirmou que o apoio europeu à Ucrânia não tinha precedentes, combinando assistência militar e financeira, sendo essencial garantir não apenas capacidades de defesa, mas também a sustentabilidade do Estado ucraniano, incluindo o funcionamento do orçamento, dos serviços públicos e da economia. Relativamente às sanções à Rússia, reconheceu que os seus efeitos eram graduais, mas reais, exigindo coordenação internacional e persistência. Destacou que a Comissão e os Estados-Membros estavam a trabalhar ativamente nas opções jurídicas e técnicas para utilizar os ativos russos congelados, defendendo o princípio de que os custos da guerra deviam ser suportados por quem a iniciou, e não pelos contribuintes europeus, embora admitindo que as discussões sobre esse tema ainda decorriam. Relativamente à defesa europeia, rejeitou a ideia de uma «militarização» da União, frisando que o reforço das capacidades de defesa visava prevenir conflitos e preservar a paz, uma vez que a vulnerabilidade aumentava o risco de agressão. Reiterou que todas as decisões nessa área respeitavam plenamente as especificidades constitucionais e políticas dos Estados-Membros, incluindo os países militarmente neutros, sendo tomadas com base no consenso. Salientou, ainda, a necessidade de reforçar a autonomia estratégica da UE, reconhecendo a atual dependência significativa do apoio dos Estados Unidos em domínios como equipamento militar, informações e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

determinadas capacidades críticas. Defendeu, por isso, um investimento acrescido na indústria europeia de defesa, na cooperação entre Estados-Membros e na utilização mais eficiente dos recursos disponíveis, de modo a permitir que a Europa assumisse maiores responsabilidades pela sua própria segurança. Por fim, abordou as ameaças híbridas, incluindo ciberataques, desinformação e ingerência externa, destacando os instrumentos já existentes ao nível da UE, como o regime de sanções, o reforço da cooperação em ciberdefesa e os mecanismos de coordenação entre Estados-Membros. No que respeitava à China, afirmou que a UE a encarava simultaneamente como parceira, concorrente e rival sistémico, defendendo uma estratégia de redução de riscos para evitar dependências estratégicas excessivas, sem recorrer ao isolamento ou à rutura das relações.

Encerramento

Na intervenção final, a **Presidente da SEDE, Marie-Agnes Strack-Zimmermann**, começou por agradecer a presença de todos os participantes, reconhecendo as limitações de tempo decorrentes das agendas e deslocações, e sublinhou a importância do envolvimento ativo demonstrado ao longo da reunião. Destacou a qualidade das intervenções e das questões colocadas, referindo que o formato de pergunta-resposta permitiu um debate mais dinâmico e substantivo, o que contribuiu significativamente para o sucesso dos trabalhos. Dirigiu um agradecimento particular à equipa organizadora, salientando o esforço associado à realização da reunião, especialmente tendo em conta os desafios inerentes à organização de um primeiro encontro daquele tipo. Manifestou, igualmente, o seu reconhecimento aos intérpretes, cujo contributo foi essencial para assegurar a comunicação entre participantes de diferentes origens linguísticas. No plano político, partilhou a sua experiência enquanto deputada ao Parlamento Europeu, com responsabilidades nas áreas da defesa e dos assuntos externos, referindo que essas funções ganharam especial relevância no contexto da agressão militar da Federação Russa contra a Ucrânia. Assinalou que esse conflito marcou profundamente a sua atividade política recente, incluindo visitas a zonas diretamente afetadas pela guerra, e reforçou a centralidade do tema da segurança na agenda europeia. Sublinhou, também, a importância da cooperação entre os Estados-Membros da UE com países europeus neutros, como a Áustria, salientando que, apesar



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus









das diferenças de estatuto ou perspetiva, todos partilhavam o mesmo espaço geográfico e os mesmos desafios estratégicos. Nesse âmbito, destacou a relevância de programas europeus de cooperação e de defesa, bem como a necessidade de uma abordagem conjunta e solidária. Alertou para a gravidade da situação atual na Europa, que considerou sem precedentes nas últimas décadas, referindo dados que indicavam que uma parte significativa da população europeia duvida da capacidade da Europa para se defender adequadamente. Chamou a atenção para o impacto da desinformação e da disseminação de notícias falsas, em particular através das redes sociais e de fontes digitais, sublinhando a necessidade de reforçar a literacia mediática e a comunicação institucional. Abordou, igualmente, a importância de garantir a segurança das rotas comerciais e marítimas, nomeadamente em zonas estratégicas como o Mar Vermelho, salientando que a estabilidade dessas rotas era essencial não apenas para os interesses económicos europeus, mas também para a segurança global e para a proteção das populações. A concluir, realçou o valor do diálogo e da troca de perspetivas entre participantes de diferentes países e regiões, considerando esse intercâmbio um privilégio e um elemento central do projeto europeu. Reafirmou o seu compromisso pessoal e político com a defesa da paz, da democracia e dos valores europeus, e terminou expressando o desejo de voltar a encontrar os participantes em futuras ocasiões, seja nos respetivos países, seja no Parlamento Europeu, em Bruxelas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

ANEXOS DO RELATÓRIO

- Anexo 1 – Convite para participação na Reunião Interparlamentar da SEDE 
- Anexo 2 – Programa da reunião 
- Anexo 3 – Informações práticas para a reunião 
- Agenda anotada (elaborada pelas equipas de apoio das Comissões de Defesa Nacional e Assuntos Europeus e pelo representante da AR junto das instituições europeias) 
- Anexos 4, 5 e 6 – Documentos de apoio fornecidos pela organização da reunião   
- Anexo 7 – Lista de participantes na reunião 
- Anexo 8 – Deputados membros da SEDE 